

# Sarney <sup>discurso</sup> regulamenta os transportes rodoviários

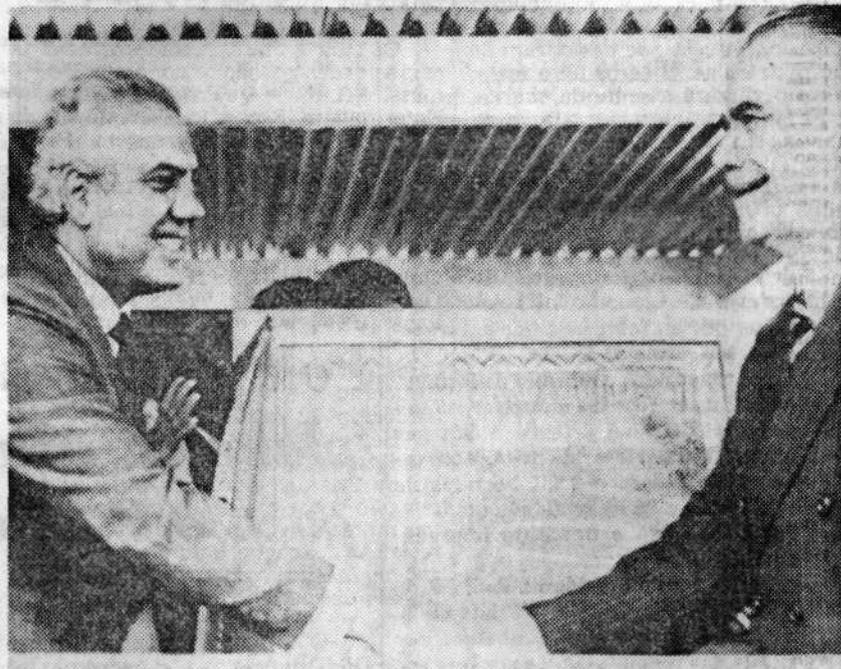
CURITIBA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney assinou ontem, em Curitiba, um decreto que regulamenta os serviços rodoviários interestaduais e internacionais de transporte coletivo de passageiros, prevendo, entre outras medidas, que o planejamento destes serviços será coordenado e fiscalizado pelo DNER, "suprimindo a destinação inadequada de conjurar o monopólio". O decreto foi assinado durante a solenidade de encerramento do II Encontro Nacional de Transportadores de Passageiros.

Acompanhado dos ministros dos Transportes, Affonso Camargo; da Previdência Social, Waldir Pires; e da Casa Militar, general Rubens Bayma Denys, Sarney desembarcou em Curitiba às 10h15, permanecendo na capital do Paraná, nesta sua primeira visita oficial, apenas três horas. Além de participar do encerramento do encontro de transportadores, Sarney inaugurou o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná, ligado ao Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde e que funciona, na verdade, há mais de um ano em Curitiba. Ontem porém Sarney descerrou uma placa de bronze marcando a inauguração oficial do centro.

Após uma rápida visita às instalações do Hemepar, a comitiva do presidente seguiu em um ônibus especial para o auditório do edifício Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Ali, durante a solenidade de encerramento do encontro, Sarney afirmou que "o governo está realizando com firmeza o propósito, por ele mesmo estipulado como meta fundamental, de garantir a cada cidadão meios de transporte coletivo adequados ao exercício do seu direito de mobilidade". Ele lembrou as diretrizes fundamentais do governo da Nova República — a prioridade social, o fortalecimento da iniciativa privada, a retomada do crescimento, a racionalização dos serviços públicos, a conservação e a ampliação da infra-estrutura do País — e destacou que "o transporte urbano não poderia ter ficado à margem de um necessário processo de redistribuição de renda e de promoção de justiça social".

O presidente explicou que "foi esse o espírito que presidiu a criação do vale-transporte, que visa a corrigir a profunda distorção que representa, para o trabalhador, gastar até 40% do seu salário para deslocar-se até o local de trabalho". Para Sarney, "o vale-transporte é um instrumento de grande valor para a promoção de uma harmonia de interesses no setor produtivo, tão necessária para que o País possa concentrar forças em desafios maiores, como a retomada do crescimento e o combate à inflação".



Telefoto Estado

Richa e Sarney no Centro Hemoterápico

## 'Símbolo da integração'

Esta é a íntegra do discurso do presidente José Sarney, em Curitiba:

"Minhas primeiras palavras são de gratidão pela forma amável com que acaba de ser reconhecido aqui o grande esforço que o governo está realizando para a implantação, em todos os setores, dos ideais de participação, mudança e progresso que inspiram a Nova República.

É bom sinal que este encontro se tenha realizado em Curitiba, cidade progressista e voltada para o futuro, cuja imagem de dinamismo se deve também aos seus esforços de racionalização do transporte público urbano. Esse mesmo espírito criativo está por trás da importante cultura política que se vem forjando nesta terra, síntese do Paraná, cuja vocação para a defesa dos interesses mais caros da sociedade brasileira encontra em seu ilustre governador, José Richa, um lutador incansável.

Síntese do Sul, Curitiba é cidade de trabalho, da participação, de convivência harmoniosa dos brasileiros de muitas origens que desejam construir um só Brasil, democrático e mais justo.

O significado deste encontro liga-se à própria essência do País, que é a dimensão do seu território, a força de sua economia, o dinamismo da sua vida social. Aqui trataram-se temas ligados ao cotidiano de todos nós, à realidade cada vez mais presente de que a vida não se faz mais na aldeia, nas distâncias a pé e nos caminhos familiares de outrora.

A "jardineira" ficou para saudade, transformada em agradável recordação ou em atrativo de algum percurso turístico. O ônibus, que se impôs à nossa paisagem urbana e à imensidão das nossas estradas, tem uma dimensão coletiva — e portanto social — que vem de encontro a necessidades inarredáveis do País. Nossa população, especialmente a urbana, cresce a ritmos intensos, ocupando cada vez mais os grandes espaços vazios que eram a marca do nosso passado e que hoje se vêem riscados de caminhos novos.

O transporte rodoviário de passageiros é responsável pela parcela maior do grande movimento humano que anima a vida deste país. É um símbolo da integração nacional. Seus problemas, suas perspectivas e seu bom funcionamento dizem respeito, direta ou indiretamente, a todos nós. Suas relações com as opções mais importantes do meu governo são também claras.

A prioridade social, o fortalecimento da iniciativa privada, a retomada do crescimento, a racionalização dos serviços públicos, a conservação e a ampliação da infra-estrutura do País são diretrizes fundamentais que o governo tem procurado seguir e que repercutem diretamente sobre o sistema de transporte rodoviário de passageiros.

Instrumento de trabalho, o transporte urbano não poderia ter ficado à margem de um necessário processo de redistribuição da renda e de promoção da justiça social. Foi esse o espírito que presidiu a criação do vale-transporte, que visa a corrigir a profunda distorção que representa, para o trabalhador, gastar até 40% do seu salário para deslocar-se para o seu local de trabalho.

Diversos incentivos para os empregadores trazem também a garantia de que o vale-transporte é um instrumento de grande valor para a promoção de uma harmonia de interesses no setor produtivo, tão necessária para que o País possa concentrar forças em desafios maiores, como a retomada do crescimento e o combate à inflação.

Aos reclamos dos empresários do transporte de passageiros, o governo procurou responder com uma atualização de preços e tarifas que levasse em conta os interesses de crescimento e dinamização do setor, o grande componente social do transporte público e os esforços que todos estamos fazendo para procurar conter, em curto prazo, pressões que se transformariam mais além em graves ameaças à nossa estabilidade econômica. O franco diálogo que se estabeleceu entre o governo e os empresários do setor foi uma mostra clara da possibilidade de compor os interesses ligados ao transporte social.

Diante dos grandes desafios que encontrou na área dos transportes rodoviários, o governo procurou agir combinando soluções imediatas ao planejamento de uma estratégia realista, que venha atender aos grandes interesses que o País tem na plena modernização da sua estrutura de transporte coletivo. Em 1985, apesar da reconhecida falta de recursos, foram executados serviços de restauração em mil e 700 quilômetros de rodovias pavimentadas, programando-se realisticamente metas de cinco mil quilômetros para o corrente ano.

Com o início da pavimentação da ro-

dovia Porto Velho—Rio Branco, em outubro do ano passado, o governo completa a interligação de todas as capitais do País por estradas asfaltadas, ao mesmo tempo que, com a inauguração da ponte Presidente Tancredo Neves, que liga o Brasil à Argentina, na foz do rio Iguazu, completamos, em estreita cooperação com a nação vizinha e irmã, uma importante etapa da interconexão rodoviária com o resto do continente.

Proseguiram as atividades de apoio ao transporte por ônibus nas principais capitais e cidades médias, que este ano deverão receber os benefícios de três importantes programas: o de melhorias físicas e operacionais em aglomerados urbanos, o de pavimentação de vias de baixo custo em áreas de baixa renda e o de investimentos em transportes urbanos, os dois primeiros com importantes aportes financeiros do banco mundial.

Não ficam, entretanto, apenas na área da infra-estrutura física as realizações do governo no setor. Com a descentralização tributária, através da recente alteração da estrutura da antiga Taxa Rodoviária Única, substituída pelo Imposto Único sobre a Propriedade de Veículos Automotores, e com a nova redistribuição do Imposto Sobre Transportes, o governo federal passou a compartilhar com os Estados e municípios, agora os principais beneficiários desses recursos fiscais, as responsabilidades pela implantação de uma política rodoviária que, por sua natureza, tem um caráter marcadamente local.

O fortalecimento do Fundo Rodoviário Nacional, propiciado pela recente sanção à lei que altera a sistemática do cálculo do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, criará condições reais para o financiamento da ação federal na construção e conservação da malha viária, já a partir deste ano, e destinará aos Estados e municípios recursos adicionais a serem empregados em benefício de todo o transporte rodoviário.

Com a próxima assinatura do decreto que regulamenta os serviços rodoviários interestaduais e internacionais, de imediata aplicação ao setor de passageiros, corrige-se o caráter restritivo e ultrapassado da legislação anterior. Amplia-se, assim, o campo de desenvolvimento desse setor, propiciando um planejamento mais adequado, tarifas mais econômicas que beneficiam transportadores e passageiros, e muitos outros benefícios.

Os senhores, que lidam diariamente com a faina do transporte rodoviário de passageiros, conhecem o significado dessa atuação governamental para a iniciativa privada. Com essa cooperação, será possível elevar ao máximo a nossa capacidade de prestação de serviços públicos, dentro dos padrões de dignidade devidos aos usuários e de uma relação coerente entre a sua capacidade de pagamento e o preço dos serviços.

No decorrer deste seminário, podemos, senhores, conhecer e debater os planos, pontos de vista e estratégias da administração federal para o setor em que operam. Apresentaram, por seu lado, idéias, reivindicações e opiniões que foram cuidadosamente ouvidas. Esse debate é proveitoso; é expressivo da nova realidade política do País, que não se confina no âmbito institucional, mas alcança o dia-a-dia do sistema produtivo da vida econômica, da dinâmica social do Brasil.

O empenho do governo em atuar no interesse do setor de transporte rodoviário de passageiros torna-se, assim, familiar aos senhores. Com o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que enviei recentemente a exame do Congresso Nacional, assumimos compromissos da maior importância com o transporte rodoviário de passageiros.

Tudo esse esforço no setor de transportes contou com a ajuda, o espírito público, a competência e a dedicação do ministro Affonso Camargo, um dos meus mais eficientes auxiliares, a quem a Nova República muito devia no setor político e passa a dever na área administrativa.

Dentro de uma visão ampla, procuramos contemplar a prioridade social, a necessidade urgente de investimentos de infra-estrutura e conservação e o apoio e incentivo à iniciativa privada. Com propostas concretas que elevam a mais de 80 trilhões de cruzeiros o montante dos investimentos em programas de transporte urbano, manutenção e ampliação da malha viária, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, no período 86/89, o governo está realizando com firmeza o propósito, por ele mesmo estipulado como meta fundamental, de garantir a cada cidadão meios de transporte coletivo adequados ao exercício do seu direito de mobilidade.

Muito obrigado.